

Processos Tangíveis e Intangíveis do Desenvolvimento Local

Sudanês Barbosa Pereira

- Economista.
- Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.
- Especialista em Tecnologias da Informação e o Desenvolvimento Regional (UFS).
- Pesquisadora do CNPq/DTI (Desenvolvimento Tecnológico Industrial) do Núcleo de Propriedade Intelectual da Universidade Federal de Sergipe – NPI/UFS.

Resumo

Este artigo discute a importância da incorporação de elementos como a participação da comunidade e do tecido socioeconômico local como condição para a sustentabilidade do desenvolvimento. Analisa o capital social, a cooperação, o capital humano, a aprendizagem e as redes, estas, como fenômeno que gera novas formas de cooperação, competição e informação de que resulta nova estrutura de sociedade. Com base na revisão da literatura corrente elabora uma estrutura teórica que permite compreender os processos de desenvolvimento endógeno. Conclui que a capacidade de gerar e utilizar o conhecimento e as diferentes formas de capital deferenciam regiões e localidades que estão transformando e construindo dinâmicas trajetórias de desenvolvimento.

Palavras-chave:

Desenvolvimento local; Desenvolvimento Econômico; Capital Social; Capital Humano; Redes.

1 – INTRODUÇÃO

As variáveis econômicas não são suficientes para promover o desenvolvimento econômico socialmente justo. O desenvolvimento, acima de tudo, envolve fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ecológicos. Em se tratando do desenvolvimento local, implica dizer que este engloba uma perspectiva integrada do desenvolvimento que vai além do referencial econômico, reunindo os aspectos humanos e sociais. Sob esse ponto de vista, são considerados de extrema importância a participação da comunidade e do tecido socioeconômico local como condição para a sustentabilidade do desenvolvimento. Um dos objetivos do desenvolvimento local é a mobilização do potencial endógeno local. Esse potencial se revela por meio dos recursos tangíveis e intangíveis do território. Nesse sentido, o território pode ser também o resultado de um processo engendrado por estratégias dos atores e dos fenômenos de aprendizagem coletiva.

Este artigo discute a importância da incorporação desses elementos para a compreensão da dimensão social do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, serão analisados o capital social e a cooperação, seu papel e importância para o desenvolvimento de regiões e localidades. Ele se refere aos aspectos da estrutura social de uma comunidade, região, ou mesmo nação, suas relações formais e informais, as normas, a cooperação, enfim, os valores locais da sociedade. O segundo ponto a ser discutido é o capital humano e a aprendizagem, que são recursos intangíveis, estão enraizados nos indivíduos e, por extensão, localizados. E por fim, discute-se o papel das redes enquanto um fenômeno que gera novas formas de cooperação, competição, informação, ou seja, novas articulações que ligam indivíduos, empresas, nações e localidades, implicando em uma nova estrutura para a sociedade.

2 - CAPITAL SOCIAL E COOPERAÇÃO

O desenvolvimento possui vários aspectos. O crescimento econômico é apenas um deles. Até recentemente, a literatura econômica considerava que os fatores que condicionavam o crescimento econômico era terra (capital natural), capital (financeiro) e trabalho (capital humano). Ou seja, ao longo dos anos, o enfoque econômico do desenvolvimento tem sido privilegiado. As consequências dessa abordagem têm-se refletido em inúmeros problemas sociais. Atualmente, outros componentes vêm

sendo incorporados às análises do desenvolvimento e crescimento econômico. O capital social é um deles.

Os estudos e pesquisas atuais, realizados sobre o desenvolvimento abordam aspectos relacionados a recursos referentes a características estruturais de lugares e regiões, características estas relacionadas aos aspectos de natureza tangível e, especialmente, aos aspectos intangíveis. Depois do trabalho de Robert Putnam, o capital social aparece como um dos recursos importantes para a construção do desenvolvimento. Putnam (1993) considera o capital social um ingrediente vital para o desenvolvimento econômico.

O capital social diz respeito às características da organização social, ou ao tecido social de uma localidade ou região, algo como a presença de normas e valores que facilitem a coordenação e cooperação entre indivíduos, empresas instituições e governos. Para Wolfe (2002), o uso do termo capital indica que envolve ativos, ativos estes relacionados à posse (de propriedade pessoal) ou à capacidade de possuir habilidades ou recursos disponíveis para o desenvolvimento de atividades, enquanto o termo social implica que um bem ou recurso é alcançado através do envolvimento com a comunidade. Para o autor, a existência de capital social depende da habilidade dos indivíduos de associarem-nos e estenderem-nos aos interesses da comunidade, compartilhando normas e valores, permitindo a subordinação dos interesses individuais e ampliando os interesses da comunidade.

Vários estudos e pesquisas¹ foram elaborados por cientistas sociais de diversas linhas teóricas acerca do capital social (sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e economistas). Há uma diversidade de conceitos sobre capital social; o sentido, no entanto, é semelhante. Tentar chegar a uma unificação sobre o conceito é tarefa difícil, pois os conceitos referem-se aos objetivos dos próprios pesquisadores e são orientados pelo seu valor instrumental. De forma simplificada, serão detalhados no quadro abaixo alguns conceitos sobre capital social e os

¹ Para uma maior compreensão sobre o tema, conferir: D'Araújo (2003); Bowles e Gintis (2001); Bandeira (2000); Fukuyama (2000); Monastério (2000); Putnam (2000); Woolcock e Narayan (2000); Narayan (1998); e vários *papers* do Banco Mundial, que, desde outubro de 1996, realiza pesquisa e incorpora o conceito de capital social em seus estudos e recomendações de políticas públicas para o desenvolvimento.

Autores	Definição
Narayan (1998)	Capital social [...] são as normas e as relações sociais embebidas na estrutura social da sociedade que possibilitam às pessoas coordenar ações e atingir metas desejadas. (1998, p. 6)
Putnam (2000)	O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. (2000, p. 177)
Woolcock e Narayan (2000)	[...] capital social refere-se a normas e redes que possibilitam às pessoas agirem coletivamente. (2000, p. 226)
Fukuyama (2001)	O capital social consiste de normas ou valores compartilhados entre um grupo de pessoas que promovem cooperação e confiança entre eles; [...]. (2001, p.6)
Bagnasco (2001)	O capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social às quais novos rumos podem ser dados. A família, as associações e as redes comunitárias são, nesse sentido, vistas como recursos para o desenvolvimento. (2001, p. 359).
Mayer (2003)	O capital social é baseado em redes horizontais de reciprocidade e confiança, e produz resultados positivos mesmo em áreas excluídas. (2003, p. 110). A meta de acumulação do capital social não é a segurança econômica para os pobres ou a redução da desigualdade, mas 'empoderamento' e 'inclusão'. (2003, p.125).
Banco Mundial (2005)	Capital social se refere a instituições, relacionamentos, redes e normas que formam a qualidade e quantidade das interações sociais da sociedade.

Quadro 1 – Autores e Definições Sobre Capital Social

Fonte: Elaboração da autora.

autores responsáveis; em seguida, é feita uma análise mais cuidadosa sobre ele.

Percebe-se, através do Quadro 1, que as definições sobre capital social são parecidas. Em comum, o capital social é definido, de forma sintética, em termos de redes, normas e valores e a forma como estes permitem agentes e instituições serem mais efetivos em alcançar objetivos comuns.

Robert D. Putnam (2000) é o autor mais citado e reconhecido na literatura sobre capital social desde que utilizou o conceito para explicar as diferenças regionais entre o norte e o sul da Itália. Sua obra tornou-se referência para as ciências sociais; os estudos desenvolvidos por ele envolveram técnicas e metodologias variadas. Putnam (2000) constatou que a região norte, com uma grande participação política, solidariedade social e tradição cívica, era uma das regiões mais prósperas da Itália; enquanto a região sul, com característica fragmentada e isolada, era mais atrasada. Ao analisar o desenvolvimento socioeconômico das duas regiões, incluindo suas instituições, as relações sociais, entre outros aspectos, Putnam (2000) concluiu que as tradições cívicas e a capacidade de organização social eram fortes determinantes das disparidades regionais encontradas na Itália.

De acordo com Putnam (2000), as características da organização da sociedade civil, a cooperação e o espírito participativo criam um ambiente propício para as ligações

horizontais, não-hierárquicas, favorecendo a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão da comunidade. Para o autor, as relações sociais são permeadas por sistemas de comunicação e intercâmbio formais e informais, alguns horizontais e outros verticais. Os sistemas verticais agregam agentes e atores desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência, seus fluxos de informação costumam ser menos confiáveis; geralmente, seus membros são incapazes de sustentar a confiança e a cooperação social devido às relações de poder (o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração). Os sistemas horizontais agregam agentes e atores sociais que possuem o mesmo *status* e poder (promovem sólidas regras de reciprocidade, facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informação sobre a confiabilidade dos indivíduos, entre outros aspectos) que fortalecem o grupo social, a comunidade.

As relações sociais também foram analisadas por Franco (2001), que considera as conexões horizontais (não-econômicas) importantes para o desenvolvimento de uma comunidade ou um empreendimento. Para o autor, essas conexões são constituídas através de valores compartilhados e objetivos comuns dos atores envolvidos, dizem respeito à maneira como as pessoas vivem, a forma como se relacionam e o modo como regulam seus conflitos. A capacidade que os membros de uma comunidade possuem de estabelecer ligações mostra que o fluxo de informação dentro da comunidade favorece o estabelecimento de um ambiente de cooperação. Para Fran-

co (2001), “se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo a desconcentração do saber”. Assim como Putnam (2000), Franco (2001) considera as relações horizontais importantes para o desenvolvimento do capital social. As associações comunitárias, as cooperativas, os clubes esportivos e os partidos de massa representam uma forte interação horizontal. São os canais de comunicação horizontais que proporcionam e sustentam a confiança e a cooperação social.

Putnam (2000) considera que as relações sociais transmitem e disseminam confiança. Para ele, “a confiança é um componente básico do capital social. [...] A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”. (PUTNAM, 2000). Ainda para o mesmo autor, a confiança, as normas² e os sistemas de participação (associações, cooperativas, clubes etc.), ou seja, os estoques de capital social, são cumulativos e tendem a se reforçar mutuamente. São estes os fatores que estão intimamente relacionados ao capital social; juntos, eles permitem a cooperação, a ajuda mútua e promovem benefícios para a comunidade e a sociedade como um todo. Comportamentos transgressores, negativos, baseados na desconfiança, omissão, exploração, desordem, tendem a desequilibrar, ou mesmo enfraquecer a rede de colaboração e, por conseguinte, o estoque de capital social. São os laços fortes de cooperação, os objetivos comuns e as virtudes que reforçam o capital social. Nas palavras do autor, “O contrato social que sustenta essa colaboração [...] não é de cunho legal, sim moral. A sanção para quem transgride não é penal, mas a exclusão da rede de solidariedade e cooperação” (PUTNAM, 2000). Portanto, a confiança é um dos elementos que promovem e sustentam o capital social.

No artigo *Building Trust*, Locke (2003), mostra através de pesquisa empírica realizada no sul da Itália e no nordeste do Brasil³, como o fator confiança contribuiu

para fortalecer a cooperação entre os produtores e o desenvolvimento local. Na primeira parte do artigo o autor se esforça para mostrar, de forma sintética, as tendências da literatura recente sobre a confiança e o capital social. Para Locke (2003), a literatura sobre ‘confiança’ está dividida entre duas perspectivas. A primeira, de natureza sociológica (que considera a confiança como um produto do modelo de associativismo histórico, engajamento cívico e da interação entre relações extrafamiliares.). A segunda, de natureza econômica (ênfata o interesse próprio de longo prazo e a relação custo-benefício por atores maximizadores de ganhos na promoção de comportamento de confiança). Para o autor, as duas correntes são importantes, pois permitem elucidar a importância dos fatores (interesse próprio, instituições e organização da sociedade civil) que promovem sustentação e confiança entre as relações sociais e econômicas. Mesmo sofrendo de problemas conceituais e empíricos que limitam seu entendimento sobre como a confiança pode ser criada, o autor argumenta que a “confiança pode ser construída, mesmo em situações adversas [...]” (LOCKE, 2003) e que ela pode gerar benefícios para o desenvolvimento econômico.

As duas pesquisas mostraram que a confiança pode ser construída através do processo conjunto de combinação entre interesse próprio (iniciativa dos produtores em buscar soluções coletivamente), intervenção do governo (papel das agências governamentais – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)/Brasil e o governo italiano) e o desenvolvimento de mecanismos próprios de governança⁴ (mecanismos de apoio aos esforços dos produtores locais). Os dois estudos de caso são experiências relevantes para a compreensão da confiança e do capital social. Eles mostram como as relações sociais e fatores locais específicos foram determinantes nos empreendimentos bem-sucedidos e nos impactos de desenvolvimento local. O capital social está inserido em um ambiente onde as práticas colaborativas e participativas podem conduzir uma comunidade ao desenvolvimento econômico e social, como foi demonstrado na Itália. Depois da experiência italiana, estudos de diversas áreas têm sugerido que os aspectos ligados à estrutura sociocultural devem ser incorporados às teorias do desenvolvimento econômico e social.

² Segundo D’Araújo (2003), “Normas dão sentido à sociedade, orientam as ações, tornam previsíveis determinados comportamentos, conferem textura e densidade à sociedade”.

³ A pesquisa no sul da Itália foi feita na região de Campania com o Consórcio de Mussarella de Búfalo, um *cluster* em formação, que possui em torno de 100 membros (corresponde a 50% do total de produtores) de diversos tamanhos. A pesquisa realizada no Brasil foi com a Associação dos Produtores e Exportadores do Vale do São Francisco (Valexport) (exportação de frutas), localizada em Petrolina-Juazeiro. Para maiores detalhes, ler o artigo do autor.

⁴ Governança é a maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais.

O papel do capital social e da cultura nos debates atuais faz parte do esforço de incorporar a realidade às teorias sobre o desenvolvimento. Todo o debate sobre desenvolvimento não se resume unicamente em incluir variáveis ausentes, mais também as inter-relações, os encadeamentos entre as diversas dimensões entre as variáveis econômicas, sociais, políticas e culturais. Sem o desenvolvimento social não existe desenvolvimento econômico satisfatório. O capital social e a cultura são componentes-chave dessas interações (KLIKSBERG, 2002).

Entre os autores que contribuem para o fortalecimento e reconhecimento da abordagem do capital social para a teoria do desenvolvimento e para a gestão da governança, está Deepa Narayan, especialista em desenvolvimento. Seus estudos são voltados para os países pobres e em desenvolvimento. No artigo *Bonds and Bridges: social capital and poverty*, Narayan (1998) discute temas como capacidade social, exclusão social, capital social e engajamento cívico. Segundo o autor, a compreensão desses temas ajuda a entender a importância das relações sociais para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza.

O autor define capital social como sendo as “[...] normas e as relações sociais embebidas na estrutura social da sociedade que possibilitam às pessoas coordenar ações e atingir metas desejadas” (NARAYAN, 1998). Esta definição é semelhante à de Putnam (2000), ou seja, a de que o capital social se refere aos valores que estão presentes na sociedade, na forma de princípios e atitudes que lhes permitem proporcionar ações coletivas em prol do bem-estar comum. Segundo esse ponto de vista, a criação de laços entre grupos sociais fortalece a coesão social.

Para Narayan (1998), o capital social focaliza a estrutura social e os processos que a permeiam, assim como sua força de inclusão e exclusão dos cidadãos nessa estrutura. Daí, a importância da contribuição conceitual e prática do capital social para o entendimento da ‘exclusão social’⁵. Para o autor, o desenvolvimento de mecanismos de inclusão social dos cidadãos excluídos no siste-

ma formal de finanças, educação e governança é de extrema importância, pois fortaleceria a coesão social e, conseqüentemente, a acumulação de capital social na sociedade. Ele sustenta que é de vital importância investimentos na capacidade organizacional dos pobres; isto quer dizer, investimentos em nível micro e mudanças em nível macro em direção a regras e leis para atividades associativas. Para tanto, investimento nas áreas de informação (com o propósito de fortalecer a conectividade dos grupos sociais, formais ou informais, promovendo o livre acesso à informação e ao conhecimento em todos os níveis da sociedade), inclusão participativa (a participação e a representação dos cidadãos e de todos os grupos sociais em decisões do Estado produzem consenso, confiança e aprendizagem social), educação e valores (através dos investimentos em educação, podem-se estimular os estoques de capital social), governança e descentralização, entre outras áreas, poderiam ser valiosas no sentido de fortalecer o capital social e incrementar o desenvolvimento econômico e social. Para o autor, “utilizar as lentes do capital social” para entender a natureza e a interação dos grupos sociais, e destes com o governo, pode significar uma nova maneira de se analisarem os fenômenos sociais e locais.

Em 2000, Narayan, juntamente com Woolcock, escreve o artigo *Social capital: implications for development theory, research, and policy*, e afirma que o capital social “[...] refere-se a normas e redes que possibilitam as pessoas agirem coletivamente” (WOOLCOOK; NARAYAN, 2000). Nesse artigo, é acrescentado ao conceito de capital social o papel das redes. Para os autores, o capital social é constituído através das redes sociais que capacitam as pessoas para agirem coletivamente. As redes sociais proporcionam aquisição de conhecimentos, aumentam o poder de barganha, estabelecem solidariedade e engajamento cívico⁶. O capital social, por esta perspectiva, constitui-se em uma rede de relacionamentos que envolve laços de solidariedade que reforçam a unidade da comunidade, fortalecendo a identidade local.

Segundo Woolcock e Narayan (2000), os estudos que tratam da relação entre capital social e desenvolvimento econômico utilizam categorias de análises diferentes, como redes, comunidades, ou mesmo a via institucional que equi-

⁵ Para Narayan (1998), “[...] exclusão social se refere a processo social e institucional que exclui certos grupos de toda participação da vida social, econômica, cultural e política das sociedades. O conceito vai além do foco da privação da renda como uma causa para a marginalização de indivíduos ou grupos sociais, visto que pessoas podem ser pobres sem ser socialmente excluídas ou excluídas sem ser pobres”.

⁶ Para Narayan (1998), engajamento cívico significa “[...] relações sociais informais ou formais de grupos voluntários e redes caracterizadas por heterogeneidade de membros”.

para o capital social com a qualidade política, legal e econômica das instituições. Todas as vias de análise, segundo eles, oferecem um caminho que possibilita entender a natureza e a extensão das relações sociais que formam o capital social. A sua compreensão possibilita uma visão mais detalhada sobre o desenvolvimento econômico, uma vez que proporciona ao investigador análises que vão além das expectativas econômicas.

Outra visão importante sobre o estudo do capital social e da cultura como fatores importantes para o desenvolvimento é a de Francis Fukuyama. Para Fukuyama (2001), “o capital social consiste de normas ou valores compartilhados entre um grupo de pessoas que promove cooperação e confiança entre elas; [...]”. Todo grupo que está embebido pelo capital social possui um certo “raio de confiança”, um círculo de pessoas nas quais as normas de cooperação são eficientes, produzindo efeitos positivos para toda a comunidade. Se um grupo possuidor de capital social produz externalidades positivas, o raio de confiança pode ser maior que o próprio grupo. (FUKUYAMA, 2000) A Figura 1 representa a idéia do autor.

Ainda para o mesmo autor, “a função econômica do capital social é reduzir os custos de transação associados

com mecanismos de coordenação formais como contratos, hierarquias, regulamentos burocráticos, e semelhantes” (FUKUYAMA, 2000). Ou seja, o capital social também é importante para entender os fluxos de informações que ocorrem nos processos econômicos formais. A cooperação entre as pessoas, entre os agentes, por meio de interações informais, pode baixar os custos de transação⁷ e elevar os benefícios associados às relações econômicas.

Outro componente importante para o fortalecimento de uma comunidade, grupo ou mesmo de um empreendimento, seja ele formal ou informal, é a cooperação. Cooperar envolve relações de complementaridade em que os recursos são compartilhados (pessoal, conhecimento, informação etc.) e os membros desenvolvem processos de aprendizagem à medida que a interação entre eles favorece a troca e a difusão de conhecimento e informação, fortalecendo a competitividade. Segundo Valadares (2002), a cooperação sempre esteve presente em todas as sociedades, desde as primitivas até as mais modernas, ou seja, é um comportamento que se observa ao longo da história da humanidade. Para o autor, quando as pessoas trabalham juntas, em prol de um objetivo comum, esse comportamento é chamado de cooperação. Quando os indivíduos lutam por recursos e espaços,

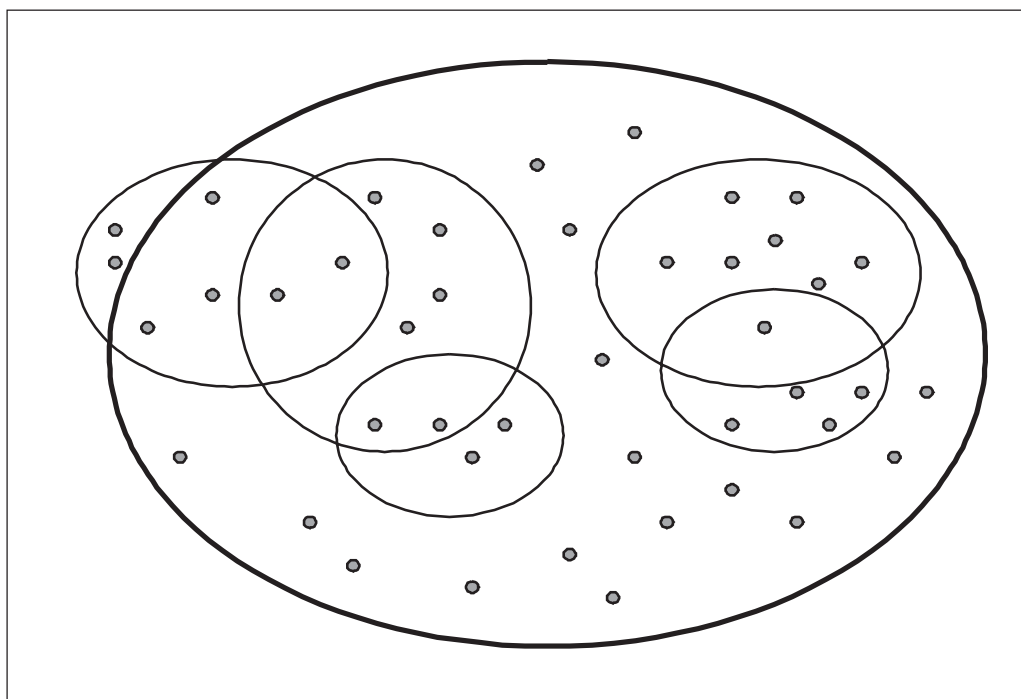


Figura 1 – Raios de Confiança

Fonte: Fukuyama (2000).

⁷ “Os custos de transação podem ser vistos como aqueles não diretamente relacionados à atividade produtiva em si, e sim, relacionados às formas pelas quais as transações econômicas são processadas”. (PINTO JÚNIOR; PIRES, 2001).

e se colocam uns em relação de oposição a outros, tem-se a competição. Quanto a esse aspecto, Valadares (2002) enfatiza que:

A verdade é que estão presentes, em toda vida comunitária, tanto forças unificadoras (cooperação) como forças divisoras (competição). A organização social de qualquer comunidade reflete o equilíbrio que se processa entre essas duas forças. A forma pela qual esses processos sociais se apresentam é afetada pela cultura de cada sociedade, bem como pelos comportamentos oposicionista, competitivo ou cooperativo (VALADARES, 2002).

Ainda para o mesmo autor, cooperar é trabalhar mutuamente, é tentar conseguir, com a ajuda de outros, o que, com maior dificuldade, se conseguiria sozinho.

Coelho (2001) identifica três níveis de cooperação: a cooperação nas relações de trabalho, a cooperação nas condições de produção e a cooperação no interior das cadeias produtivas. De acordo com a abordagem do autor, a cooperação combina duas dimensões que implicam impactos de ordem econômica e territorial. O quadro abaixo mostra os níveis de cooperação identificados pelo autor.

Como se pode observar, a dimensão econômica produz impactos que dizem respeito ao tecido produtivo do território, ou seja, promovem formas de organização colaborativas entre indivíduos ou empresas com o propósito de facilitar e promover ações conjuntas e de complementaridade produtiva, no sentido de integrar processos e evitar estrangulamentos na cadeia de produção. Por

sua vez, a dimensão territorial provoca a integração de firmas e indivíduos (grupos) em nível local e regional, no sentido de se utilizarem os recursos do território. São ações que implicam a combinação do conhecimento do território e suas particularidades com o objetivo de integrar projetos (públicos e privados) e planejar o desenvolvimento de forma integrada. O que podemos extrair dessa classificação, ainda, é que tanto na dimensão econômica como na territorial, e independente do nível de cooperação, atuar conjuntamente para um mesmo fim fortalece a comunidade e sua cultura, valoriza seus recursos tangíveis e intangíveis e promove o desenvolvimento endógeno reforçando o capital social.

Para Bagnasco (2001), os recursos específicos das sociedades locais devem ser incorporados à teoria do desenvolvimento, pois é importante que se valorizem e sejam reconhecidos os recursos sociais e culturais como fontes potenciais de desenvolvimento. Dentre os recursos sociais que podem contribuir para o desenvolvimento, está o capital social. Para ele, o capital social é o elo que une as condições internas locais que possibilitarão o desenvolvimento da comunidade.

O capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social às quais novos rumos podem ser dados. A família, as associações e as redes comunitárias são, nesse sentido, vistas como recursos para o desenvolvimento (BAGNASCO, 2001).

Níveis de Cooperação	Dimensão Econômica	Dimensão Territorial
Cooperação nas Relações de Trabalho	Formas associativas de organização da produção.	No interior do espaço de produção ou mesmo em determinado território no qual se articula o processo produtivo, centrado, principalmente, em relações solidárias no âmbito de um determinado processo de trabalho.
Cooperação nas Condições de Produção	Cooperação na formação de redes de fornecedores de uma empresa, na compra de matéria-prima, no desenvolvimento tecnológico ou na rede de comercialização articulada com a cadeia produtiva.	Cooperação no mesmo território no qual está inserido determinado <i>cluster</i> . Tem uma característica local de construção de uma ambiência produtiva, envolvendo outros atores e uma sustentação institucional local através da construção de identidade e de instrumentos como a agência de desenvolvimento.
Cooperação no Interior das Cadeias Produtivas	Encadeamentos produtivos atuando sobre os pontos de estrangulamento; inovação dos produtos, integração de ramos produtivos ou uma logística mais complexa.	Tem uma dimensão regional e está ligada à construção de formas de cooperação institucionais capazes de viabilizar uma integração da cadeia produtiva com o mercado externo.

Quadro 2 – Níveis de Cooperação e suas Dimensões Econômicas e Territoriais

Fonte: Coelho (2001).

De acordo com a compreensão de Bagnasco (2001), a história local contribui para a formação do capital social. As capacidades locais (de gestão, as qualificações técnicas, as estruturas relacionais), mesmo limitadas, são consideradas recursos para o desenvolvimento. O caso dos distritos italianos demonstra a importância da combinação entre livre-mercado e recursos de capital social, não excluindo o papel da política. Para o autor, a nova governança dos sistemas locais condiciona os atores a planejar estratégias de longo prazo para as suas comunidades, e é essa a forma que deve tomar a nova função política para o desenvolvimento local (BAGNASCO, 2001). Na sugestão do autor, a receita para o desenvolvimento é uma mistura de mercado, capital social e governança política desses processos. Ainda, os princípios a serem seguidos são: a) mercado sem ideologia de mercado; b) capital social, mas não como alternativa à política; c) nova governança política oposta ao clientelismo. Ou seja, é importante que se utilizem todos os recursos possíveis para que se possa construir o desenvolvimento local.

Margit Mayer (2003) possui uma conotação diferente e importante sobre o capital social. Ela transporta o conceito para o contexto urbano e acrescenta o papel do empoderamento. Para a autora, os problemas urbanos contemporâneos podem ser analisados através dos instrumentos do capital social, especialmente porque a exclusão urbana possui hoje um caráter multidimensional, o qual exige novas políticas para a resolução da segregação urbana.

O capital social confere aos pesquisadores do campo do desenvolvimento urbano, particularmente na área de revitalização urbana, uma ferramenta importante. As organizações do terceiro setor e os movimentos comunitários envolvidos com os problemas urbanos locais procuram resolvê-los mobilizando a participação local através das redes comunitárias. Esses movimentos são baseados em redes horizontais de reciprocidade e confiança, e produzem resultados positivos mesmo em áreas excluídas. Sob esse aspecto, o capital social tem o efeito de aproximar ou conectar os movimentos urbanos contemporâneos (MAYER, 2003).

Para Mayer (2003), os movimentos urbanos utilizam práticas que desenvolvem consciência política coletiva e solidariedade, acumulando capital social. Enfatiza ainda a autora: “A meta de acumulação do capital social não é a segurança econômica para os pobres ou a redução da desigualdade, mas ‘empoderamento’ e ‘inclusão’ “. O

empoderamento se traduz, nesse caso, através da participação dos cidadãos no processo decisório. Segundo a autora, “(...) o conceito pode ter uma oportunidade de contribuir para reforçar a vitalidade da ‘comunidade cívica’ ” (MAYER, 2003).

O texto de Margit Mayer mostra que o conceito de capital social deve incorporar as novas formas de manifestações urbanas e critica a omissão e a dificuldade da ‘leitura’ do capital social em direção a estes movimentos. Reconhece, todavia, a importância da função que o capital social possui como uma alternativa de análise para as ciências sociais. A contribuição da autora é de grande relevância para o entendimento do capital social em uma escala diferente das apresentadas até o momento.

Finalmente, para o Banco Mundial (2005), um dos maiores divulgadores do conceito, “capital social se refere a instituições, relacionamentos, redes e normas que formam a qualidade e quantidade das interações sociais da sociedade”⁸. O conceito da instituição agrupa vários elementos considerados importantes para a compreensão do capital social, unindo, dessa maneira, as inúmeras instituições (formais e informais) e as diversas relações (formais e informais) que fazem parte da sociedade.

O site do banco possui uma variedade de estudos que tratam do tema. A iniciativa de pesquisar sobre o tema capital social iniciou-se em outubro de 1996 e tinha como meta: 1- avaliar o impacto do capital social em projetos apoiados pelo banco; 2 - demonstrar que, além da assistência, o banco pode ajudar em processos de formação de capital social; e 3 - contribuir para o desenvolvimento de indicadores para monitorar o capital social e metodologias para mensurar seu impacto no desenvolvimento. Reconhecendo dessa forma o potencial do capital social, o Banco Mundial investiga e analisa como e quais as formas em que o capital social se manifesta e capacita os pobres a participarem coletivamente, e os benefícios que resultam do processo de desenvolvimento do capital social. Os resultados são apresentados em inúmeros estudos e pesquisas divulgados através da *home page* do banco, na internet.

De fato, pesquisas empíricas têm dado evidências de que o capital social pode ter impacto no desenvolvimento

⁸ Tradução da autora. Ver o site: <http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/sdvext.nsf/09ByDocName/SocialCapital>

econômico e social de comunidades, regiões e cidades. Ele fornece uma alternativa de análise que leva em consideração os aspectos sociais, históricos, culturais e, mais recentemente, da governança. O conceito chama a atenção para práticas econômicas que estariam ligadas aos processos sociais e econômicos cooperativos, proporcionando refletir sobre trajetórias de desenvolvimento baseadas em experiências de pequena produção.

Portanto, para desencadear processos de desenvolvimento do ponto de vista econômico, social e humano, faz-se necessário investimentos em favor do capital humano e do capital social (capacidade de cooperar, formar redes etc.), elementos integrantes de qualquer ação de desenvolvimento econômico e social.

2.1 – Capital Humano e Aprendizagem

As análises atuais da geografia econômica destacam novos elementos que influenciam o desenvolvimento local. A capacidade dos atores locais de se organizar e elaborar processos originais de desenvolvimento local através de dinâmicas próprias de cooperação é um exemplo peculiar. Ruiz (2003) destaca que, desde o início dos anos 90, a nova geografia econômica (NGE)⁹ produziu vários estudos sobre as estruturas regionais e urbanas. Muito embora, nas palavras do autor, a NGE seja uma consistente teoria sobre economia regional e urbana, ela possui “(...) algumas falhas, as mais destacadas seriam a restrita capacidade para incorporar diversidades sociais e reproduzir fatos estilizados das estruturas urbanas” (RUIZ, 2003). Para o autor, devem ser considerados os aspectos da diversidade social que a economia moderna apresenta, particularmente os aspectos relacionados à dinâmica da “geografia social” como: as diferenças entre regiões e cidades (que são locais e específicas), a organização dos agentes econômicos, os comportamentos sociais da região, os costumes, as redes de informação e aprendizado, as histórias locais.

Benko e Pecqueur (2001) salientam que as novas teorias sobre o crescimento e desenvolvimento econômico contribuem para o progresso da geografia econômica, particularmente as teorias que tratam dos mecanismos

de crescimento localizado, que orientam suas pesquisas em torno da noção de “proximidade”, território e aprendizagem coletiva. Para os autores, os territórios oferecem recursos específicos e intransferíveis. Segundo eles,

Esses recursos resultam de uma história longa, de uma acumulação de memória, de uma aprendizagem coletiva cognitiva. [...], esses recursos, contrariamente aos outros fatores, são indefectivelmente ancorados num território. A emergência de tais recursos resulta em efeito de regras, de costumes, de uma cultura elaborada num espaço de proximidade geográfica e cultural a partir de uma forma de troca distinta da troca mercantil: a reciprocidade (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Eles concordam também com a literatura recente sobre o desenvolvimento endógeno, a qual reconhece os recursos intangíveis presentes no tecido social de determinada localidade como recursos importantes para o desenvolvimento econômico e social. Recursos como o capital social, a cooperação, o capital humano, a aprendizagem, entre outros, tornaram-se a interface que permite a integração entre os aspectos econômicos e sociais. Eles são considerados fenômenos “não-econômicos” e, portanto, devem ser vistos como elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento localizado.

O capital humano, particularmente, está ligado às pessoas, refere-se à educação (formal e informal)¹⁰, ao conhecimento (codificado ou não), às habilidades que os indivíduos possuem, às competências e atributos que facilitam a criação de bem-estar pessoal, social e econômico. O capital humano inclui ainda, motivação, comportamento moral e atitude (CÔTÉ, 2001).

Esse termo é abrangente, possui diferentes dimensões, está presente em ambientes diversos e é considerado hoje como um recurso diferenciador para cidades e regiões. Para Putnam (2001)¹¹, o capital humano é associ-

⁹ Paul Krugman, Masahisa Fujita e Anthony Venables são os principais representantes da Nova Geografia Econômica, reconhecidos através do lançamento do livro *The Spatial Economics* (1999). O livro foi lançado no Brasil pela Editora Futuro em 2002, com o título *Economia Espacial: Urbanização, Prosperidade Econômica e Desenvolvimento*.

¹⁰ Recentemente, o meio acadêmico (principalmente as ciências sociais) dedica-se aos estudos do papel da educação no desenvolvimento econômico. No campo da ciência econômica, o trabalho de Theodore W. Schultz, *O Valor Econômico da Educação*, publicado no Brasil pela Editora Zahar, 1973, é considerado um marco. Porém, é Alfred Marshall que, pela primeira vez, aponta a hipótese de se considerarem os gastos com educação como investimentos, base de argumentação para a teoria do capital humano. Marshall analisou as relações entre educação, qualificação da força de trabalho e desenvolvimento econômico. Para maiores detalhes, ler o capítulo VI, do livro *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*, Vol. I, Alfred Marshall, Abril Cultural, 1982.

¹¹ Nesse artigo, Putnam (2001) mostra a relação entre capital social e vários indicadores. Um dos indicadores analisados é sobre a relação entre capital social e educação (capital humano).

ado de forma positiva à educação, às baixas taxas de criminalidade, participações voluntárias em comunidades, participação política, confiança, entre outros aspectos.

Moretto (1997) considera o capital humano como sendo as habilidades e aptidões que uma pessoa possui, e que estas podem ser naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. O capital humano pode ser também o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional da população. Neste sentido, seu conceito corresponde ao de capacidade de trabalho. Ou seja, ele é um bem imaterial e está incorporado ao processo produtivo através da força de trabalho.

O reconhecimento do capital humano relacionado à educação e treinamento foi incorporado aos modelos de crescimento e desenvolvimento econômico recentemente. Segundo Moretto (1997):

A importância do capital humano nas modernas abordagens sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico se verifica, (...), na sua própria inclusão como um fator de produção. Essa aceção, entretanto, não implica sua incorporação imediata às costumeiras categorias de fatores de produção – capital, terra, trabalho e, recentemente, gestão empresarial e tecnologia. Isso porque, de acordo com o enquadramento e as definições de cada um desses fatores, a significação de capital humano não se restringe apenas a uma categoria: poderia ser capital, poderia ser trabalho ou, ainda, seguindo a concepção schultzeriana da abordagem do capital, deveria estar incluída em todos os fatores de produção.

Ou seja, o capital humano é um fator que se manifesta e está presente em todas as dimensões; ele não deve ser pensado de forma linear, sem considerar outros fatores, além da relação educação e desenvolvimento econômico. Devem-se considerar também as dimensões pessoais de realização que a educação proporciona, seja ela formal ou informal.

Um dos elementos principais do capital humano “é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para adquirir os conhecimentos necessários, capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão”. (FRANCO, 2001) Para o autor, essa capacidade de criar e inventar está relacionada com a cultura empreendedora da sociedade, que, por sua vez, favorece a promoção do desenvolvimento. Ainda para ele,

um ambiente favorável ao desenvolvimento seria aquele no qual o capital social e o capital humano seriam os elementos básicos, por meio de cujas interligações, formariam círculos virtuosos, desencadeando relações de parceria e cooperação.

O conhecimento é considerado atualmente um fator competitivo para qualquer nação. Foi através do capital humano e dos investimentos em educação e conhecimento que diversos países alcançaram altos níveis de desenvolvimento econômico e social. Alguns autores¹² utilizam a expressão “economia do aprendizado” ou “economia do conhecimento” para se referir ao período atual, uma vez que este possui como recurso competitivo principal o conhecimento, sendo o aprendizado o processo central dessa fase (LEMOS, 1999).

A aprendizagem é um processo que envolve uma combinação de experiência e reflexão; é um processo contínuo e cumulativo. Ela pode ser vista como sendo a experiência pela prática diária (*learning by doing*), compartilhada entre pessoas que tenham uma atividade em comum. Pode ser compreendida também como uma transferência de conhecimento que é socializada e internalizada, sendo a solidariedade o componente que a fortalece. O conhecimento está, nesse sentido, implícito nos processos de aprendizagem (PETROCCHI, 2001).

Cassiolato (1999) possui o mesmo entendimento. Ele acredita que a criação e difusão de conhecimento estão presentes em atividades rotineiras regulares da vida, nas quais pode ser encontrado em diferentes formas de aprendizado: 1- *learning-by-doing* – aprender fazendo (refere-se aos processos de aprendizado ligado às práticas diárias); 2 - *learning-by-using* – está ligado aos processos de aprendizado através da comercialização e uso de bens e serviços; e 3 - *learning-by-interacting* – que está associado a processos de aprendizado em que há o intercâmbio contínuo de informações entre produtores e usuários. Ou seja, a aprendizagem está ligada a processos e tarefas cotidianas e envolve componentes informais ou formais.

Segundo Conti (2000), a dinâmica da aprendizagem possui uma dimensão local, na qual o conhecimento tácito e o codificado são combinados, transformando fatores locais em vantagens competitivas. Ao mesmo tem-

¹² Ver: Lastres e Ferraz (1999); Cassiolato (1999).

po, o autor considera as redes locais um ambiente no qual o conhecimento tácito torna-se coletivo através de processos de socialização do conhecimento, por meio da aprendizagem coletiva e das relações interpessoais.

De acordo com Frantz (2001), “é no processo de convivência social e, especialmente, no processo de produção de sua sobrevivência e afirmação, seja na relação com a natureza, seja com os demais seres humanos, que o homem constrói conhecimento, processa educação, aprende e desenvolve capacidade.” Portanto, o processo de aprendizagem, ou seja, de aprender com os outros, de aprender fazendo (*learning by doing*), de construir conhecimento e transmiti-lo de geração para geração, permite afirmar que esse processo acontece através do compartilhamento de conhecimentos tácitos que estão enraizados e embebidos nas pessoas da comunidade e que, sob essa prática, se preserva. Gertler (2001) diz que a melhor forma de transmitir conhecimento é por meio da demonstração e experiência, e que o conhecimento tácito só pode ser compartilhado entre duas ou mais pessoas e quando compartilham um mesmo contexto social: compartilham valores, linguagem e cultura.

Um recurso importante para a potencialização dos processos informais de aprendizado em uma dada região ou localidade é a proximidade geográfica. Para os autores Lastres, Vargas e Lemos (2000):

[...] a proximidade geográfica surge como o melhor contexto para facilitar a troca de conhecimentos tácitos. Desta forma, a região passa a ser vista como um espaço cognitivo, onde valores compartilhados, confiança e outras formas de ativos intangíveis constituem-se em elementos fundamentais que podem contribuir para o desenvolvimento de processos de aprendizado interativo [...].

Ou seja, as externalidades de proximidade são decorrentes da existência da proximidade de indivíduos que pertencem ao mesmo espaço de relações, que, por meio de interações, compartilham os mesmos saberes, contribuindo para o desenvolvimento de processos de aprendizagem. Ao interagir e compartilhar conhecimento, os indivíduos estão transmitindo, ao mesmo tempo, seus valores, suas crenças e sua capacidade de criar coletivamente novos conhecimentos através da colaboração e cooperação. A proximidade geográfica facilita a interação face a face entre produtores, fornecedores e clientes. Essa interação ajuda a formar uma rede de relações que contribui para o processo de aperfeiçoamento de produtos e processos, contribuindo e para o aprendizado local.

Por fim, o capital humano, os processos de aprendizagem, o conhecimento e outros bens intangíveis localizados são considerados atualmente recursos importantes que podem engendrar processos de desenvolvimento endógeno. A capacidade de utilizar esses recursos deve ser vista como uma oportunidade de criar trajetórias únicas e específicas de desenvolvimento, que podem revelar-se estratégicas para regiões e localidades, especialmente em regiões deprimidas. Em se tratando do Brasil e, particularmente, da região Nordeste, investimentos em educação (habilidades gerais e específicas) e nas áreas em que a região apresenta potencial de crescimento devem ser uma ação prioritária com objetivo de mudanças estruturais para o desenvolvimento da região.

2.2 – Redes

Os modelos de desenvolvimento localizado baseados em aglomerações produtivas, em sua maioria, estão associados a sistemas de produção especializados e territorializados, possuindo uma lógica produtiva (formal ou informal) baseada em relações flexíveis, que tendem a se estruturar em forma de redes.

O debate sobre o fenômeno das redes está presente em estudos da geografia (particularmente da geografia econômica), da economia (economia industrial, regional e urbana), da administração (a estratégia competitiva das organizações e as novas formas organizacionais – a formação de rede de empresas), como também da sociologia (redes de movimentos sociais), ocasionando uma diversidade de conceitos, tornando-o abrangente e, de certa forma, complexo.

A relevância do conceito decorre, em grande medida, da dinâmica econômica contemporânea, de intensificação da concorrência, gerando múltiplas formas de competição, cooperação e alianças estratégicas, como também provém das novas tecnologias da informação e comunicação, desmaterializando as fronteiras geográficas entre nações, cidades e regiões.

Atualmente, Castells (1999) é um dos autores mais citados quando se trata de temas sobre redes, conhecimento e sociedade. Segundo o autor, a sociedade estaria passando por uma transição, evoluindo para uma sociedade em rede. A formação dessa nova sociedade teve origem no final do século XX, através de três processos independentes que se uniram, inaugurando uma nova

estrutura social. Esses processos foram: 1) as exigências da economia por flexibilidade, a globalização do capital, da produção e do comércio; 2) as demandas da sociedade, cujos valores da liberdade individual e da comunicação aberta tornaram-se supremos; e 3) os avanços na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica. Esses processos permitiram às redes sua expansão para toda a estrutura da sociedade, de forma ilimitada. Muito embora sua forma organizacional já tenha existido em outros tempos e espaços, agora, com a introdução das tecnologias da informação e comunicação, as redes exercem sua flexibilidade e adaptabilidade, afirmando sua natureza revolucionária (CASTELLS, 1999).

A forma com que as redes atuais se manifestam reflete as práticas atuais de produção, organização e circulação de produtos e serviços que estão associados ao novo padrão tecnoprodutivo, que se caracteriza por ser intensivo em informação e conhecimento, tem a flexibilização e a integração como princípio organizacional, a microeletrônica e as tecnologias da informação e comunicação como inovações técnicas e as redes e infovias como infra-estrutura. A rede pode ser considerada como:

[...] um processo de organização social [...] apto a responder às exigências de flexibilidade, descentralização e democracia do mundo contemporâneo, permitindo, por princípio e na sua base, o exercício da autodeterminação e da autonomia. Nesse sentido, [...] rede não é só o desenho e a estrutura pelos quais se dão as relações, mas um modo como elas se realizam. (MARTINHO, 2001).

Ou seja, trata-se de uma articulação que, por meio de conexões, troca elementos entre si (serviços, informações, conhecimentos, aprendizado), de forma que a cooperação e a coordenação são a forma de organização que permite o fortalecimento da estrutura.

As redes possuem diversas características. Uma das mais importantes é a que diz respeito à criação e circula-

ção de conhecimentos em seu interior, permitindo um processo de aprendizado coletivo. Essas redes localizadas podem apresentar organizações territoriais alternativas, ensejando novas formas de articulações com o objetivo de desenvolver estratégias locais de desenvolvimento.

A elaboração de tipologias sobre redes tem como objetivo mostrar a diversidade que essas estruturas assumem. Britto (2001) identifica três tipos de redes de firmas: a) redes tradicionais e a ênfase no aprendizado coletivo informal – estão associadas a produtos de pouca complexidade, que são elaborados em escala reduzida, a partir de uma base de conhecimentos simples. Essas redes envolvem intercâmbio não-sistemático de informações; b) redes estruturadas e a ênfase na diversidade dos mecanismos de aprendizado – compreendem empresas que interagem no interior de cadeias produtivas complexas. Estão incluídos nestas redes as grandes firmas montadoras e fornecedores de subsistemas e componentes. O processo de produção envolve uma hierarquia complexa de componentes. Devido à complexidade dos produtos gerados, o intercâmbio de informações entre os agentes é intenso, o que favorece o aprofundamento de diversos mecanismos de aprendizado; e c) redes de desenvolvimento tecnológico e a ênfase em mecanismos formais de aprendizado – que são estruturadas no sentido de viabilizar a geração e aplicação produtiva de tecnologias no estágio inicial de seu ciclo de vida. Destacam-se nesse sentido, as atividades relacionadas a empresas de base tecnológica (biotecnologia, ótica, novos materiais e semicondutores).

Na visão do autor, as redes possuem diferentes formas estruturais, que se manifestam através dos nós, posições, ligações e fluxos, que podem ser vistos no quadro 3.

Segundo o autor, os nós caracterizam as unidades das redes de empresas e suas diversas atividades; as posições estão associadas à divisão de trabalho ou a

Elementos Morfológicos Gerais das Redes	Elementos Constitutivos das Redes de Empresas
Nós Posições Ligações Fluxos	Empresas ou Atividades Estrutura de Divisão de Trabalho Relacionamentos entre Empresas (aspectos qualitativos) Fluxos de Bens (tangíveis) e de Informações (intangíveis)

Quadro 3 – Elementos Estruturais das Redes de Empresas

Fonte: Britto (2002).

integração das capacidades operacionais e competências organizacionais dos diferentes agentes, dada a diversidade de atividades necessárias à produção de determinado bem, nos diferentes estágios da cadeia produtiva; as ligações entre os nós referem-se aos tipos de relacionamentos entre as empresas, ou seja, os organizacionais, produtivos e tecnológicos; os fluxos são as transações estabelecidas entre os agentes, que são os fluxos tangíveis (transferência de insumo e produtos, compreendem operações de compra e venda realizadas entre os agentes da rede) e os fluxos intangíveis (fluxos informais que conectam os agentes integrados às redes).

Percebe-se, através dessa análise, a complexidade das estruturas que as redes de empresas apresentam. Daí, a importância de se buscar compreender a estrutura desse sistema de relações que conectam diferentes agentes e atividades. Ao se analisarem as redes, devem-se levar em consideração as características relacionadas às relações que ocorrem entre os membros da rede: se são de subordinação ou de cooperação, se existe concentração em determinado ponto da rede, ou se existe uma distribuição de processos entre os membros que a compõem. Portanto, entender esses processos no interior dessas redes possibilita uma melhor compreensão sobre sua organização.

Na perspectiva de Conti (2000), as redes revelam uma nova forma de organização do espaço econômico,

uma complexa relação na qual o sistema econômico é visto como uma soma de diferentes sistemas. Do ponto de vista do autor, a rede é “uma representação das interações sociais entre atores, os quais, por sua natureza não podem ser mensuráveis ou quantificáveis...” (CONTI, 2000). Para compreender o fenômeno das redes, é necessário utilizar instrumentos de análises não-conven- cionais e metodologias que possam garantir o entendi- mento das relações complexas entre os diversos níveis expressos na dinâmica econômica atual. Para o mesmo autor, essa dinâmica é marcada por relações complexas entre o global e o local, que devem ser entendidas como níveis inseparáveis desse processo. As redes de intera- ções locais interagem com outros níveis territoriais atra- vés da intermediação dos atores que, simultaneamente, pertencem a uma rede local e a uma rede global. A rela- ção global/local é representada pelas ligações nós/re- des, como pode ser visto na figura 2.

Essa abordagem mostra uma relação em que os territórios apresentam uma trama de nós e de ligações, de um sistema complexo que precisa ser compreendi- do em todas as suas dimensões, dada a existência de uma variedade de conexões que confere ao território a reunião de interesses globais e locais ao mesmo tem- po. Como bem diz Raffestin (1993): “É conveniente, pois, decifrar as redes por meio de sua história e do território no qual estão instaladas, por meio dos modos de pro-

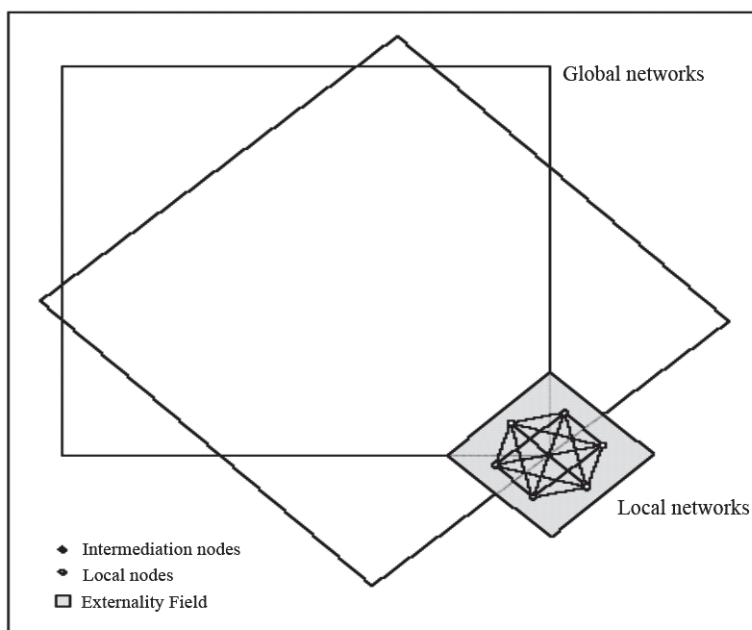


Figura 2 – O Desenvolvimento Local e as Interligações Local/ Global

Fonte: Conti (2000).

dução que permitiram a sua instalação e das técnicas que lhes deram forma”.

Por fim, Fontes e Eichner (2001) falam em redes sócias e redes de solidariedade, que são instrumentos importantes para os cidadãos pobres em momentos de enfrentamento de situações adversas, de insegurança econômica e de enfraquecimento dos serviços públicos. Essas redes têm como característica a informalidade nas relações, elas prescindem de qualquer tipo de acordo ou contrato formal.

Haesbaert (2002) enfatiza que, atualmente, não se pode separar território de rede, porque a realidade envolve uma permanente interseção de redes e territórios. Portanto, a questão é distinguir as redes que fortalecem os territórios, daquelas que os desestruturam e desterritorializam.

Dessa forma, é importante que os processos locais de desenvolvimento sejam percebidos como recursos estratégicos e possam ser vistos como uma oportunidade de transformação local. A compreensão do local, enquanto espaço de produção e de valorização do capital social, humano e cultural, é de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social.

3 – CONCLUSÃO

A incorporação dos aspectos sociais e a compreensão dos processos tangíveis e intangíveis para a teoria do desenvolvimento econômico são de extrema importância. A procura pela compreensão de trajetórias de crescimento e desenvolvimento econômico e social em regiões e localidades diversas tem revelado que o conhecimento (tácito ou codificado) e as diferentes formas de capital (social, humano, estrutural, natural) são recursos que podem desencadear processos de desenvolvimento local. A capacidade de produzir e utilizar esses recursos é o que tem diferenciado regiões e localidades que estão transformando e construindo trajetórias de desenvolvimento dinâmicas.

Tendo em vista as discussões desenvolvidas sobre esse tema até o momento, os componentes “invisíveis” relacionados ao tecido social devem ser considerados, ao se analisar o desenvolvimento econômico em qualquer região ou localidade. Os estudos sobre o capital social e todos os componentes que o caracterizam, dentre os quais a confiança, a cooperação e as redes formais e informais, permitem acrescentar às análises do desen-

volvimento econômico um diferencial e uma leitura mais realista sobre os processos de desenvolvimento atuais. Nos países desenvolvidos, o tema capital social começa a influenciar as políticas públicas e os projetos de desenvolvimento. As instituições de cooperação internacional estão incluindo nos programas e projetos de desenvolvimento e crescimento econômico o capital social como mais uma variável de avaliação e aferição no grau de êxito dos projetos patrocinados por elas. Essas mudanças mostram que os processos intangíveis são parte integrante da compreensão sobre o desenvolvimento local, revelando, sob o ponto de vista teórico, que as variáveis econômicas são parte integrante da compreensão do local, assim como os aspectos culturais e sociais.

Abstract

This article discusses the importance of the incorporation of elements as the community's participation and of the local fabric socio-economic as condition for the maintainability of the development. It analyzes the social capital, the cooperation, the human capital, the learning and the nets, these, as phenomenon that generates new cooperation forms, competition and information that results new society structure. Based on the revision of the literature elaborates a theoretical structure that allows to understand the processes of endogenous development. It concludes that the capacity to generate and to use the knowledge and the different forms of capital make the areas and places different that are transforming and building dynamic development paths.

Key words:

Local Development; Economic Development; Social Capital; Human Capital; Nets.

REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, A. A teoria do desenvolvimento e o caso italiano. In: ARBIX, G. (Org.); ZILBOVICIUS, M. (Org.); ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP/EDUSP, 2001.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.

(Org.); BANDEIRA, P. S. (Org.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2000.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 7-12, jul./dez. 2001.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Social capital and community governance. **Economic journal**. 2001. (Santa Fe Institute Working Paper 2001). Disponível em: <<http://www.santafe.edu/sfi/publications/Working-Papers/01-01-003.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2002.

BRITTO, J. Cooperação tecnológica e aprendizado coletivo em redes de firmas: sistematização de conceitos e evidências empíricas. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. Disponível em: <<http://race.nuca.ie.ufrj.br/PaperArquivo/britto1.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2003.

BRITTO, J. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KUPFER, D. (Coord.); HASENCLEVER, L. (Coord.). **Economia industrial: fundamentos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CASSIOLATO, J. E. A economia do conhecimento e as novas políticas industriais e tecnológicas. In: LASTRES, H.M.M. (Org.); ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 1: Economia, sociedade e cultura.

COELHO, F. D. **Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito**. IEM, 2001. Disponível em: <<http://www.iem.org.br>>. Acesso em: 14 jul. 2001.

CONTI, S. Global space versus local space: a systemic perspective on local development. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGY POLICY AND INNOVATION. LEARNING AND KNOWLEDGE, NETWORKS FOR DEVELOPMENT. Curitiba, 2000. Disponível em: <<http://www.cits.br/curitiba2000/>>. Acesso em: 24 maio 2002.

CÔTÉ, S. The contribution of human and social capital. **ISUMA, Canadian Journal of Policy Research**, v. 2, n. 1, Spring, 2001. Disponível em: <http://isuma.net/v02n01/cote/Cote_e.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2002.

D'ARAÚJO, M. C. S. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Ciências Sociais – Passo a Passo, v. 25)

FONTES, B. A. S. M.; EICHNER, K. Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não-governamentais da cidade do Recife. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, jan.-dez. 2001.

FRANCO, A. de. Capital social e desenvolvimento: o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. In: SEMINÁRIO OS DISTRITOS INDUSTRIAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA TERCEIRA ITÁLIA EM QUESTÃO: PERSPECTIVAS PARA OS PROGRAMAS XINGO E ZONA DA MATA DO NORDESTE. 2001, Maceió.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.

FUKUYAMA, F. **Culture and economic development**. Elsevier Science, 2001. Disponível em: <http://www.sais-ju.edu/faculty/fukuyama/articles/Culture_development.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2002.

FUKUYAMA, F. Social capital and civil society. In: IMF CONFERENCE ON SECOND GENERATION REFORMS, April 2000. (IMF Working Paper WP, n. 74). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2001.

GERTLER, M. S. Tacit knowledge and the economic geography of context or the undefinable tacitness of being (there). NELSON AND WINTER DRUID SUMMER CONFERENCE, 2001, Aalborg, Denmark. Disponível em: <<http://www.druid.dk/conferences/nw/paper1.gertler.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2003.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF, 2002.

KLIKSBERG, B. Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento. 2002. (Preal Debate Especial). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/arq/PrealDebEspecial.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2003.

KRUGMAN, P.; FUJITA, M.; VENABLES, A. **Economia espacial**: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento. São Paulo: Futura, 2002.

LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In: LASTRES, H. M. M. (Org.); ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LASTRES, H. M. M.; VARGAS, M. A.; LEMOS, C. **Novas políticas na economia do conhecimento e do aprendizado**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2000. (Nota técnica, n. 25).

LEMONS, C. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, H. M. M. (Org.); ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOCKE, R. M. Building trust. SEMINÁRIO DO IPEA SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/workshop/richardlocke.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2004.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINHO, C. **Algumas palavras sobre rede**. IEM, 2001. Disponível em: <<http://www.iem.org.br>>. Acesso em 12 maio 2001.

MAYER, M. The onward sweep of social capital: causes and consequences for understanding cities, communities and urban movements. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 27, n. 1, p. 110-132, mar. 2003.

MONASTÉRIO, L. M. Capital social e economia: antecedentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza. Disponível em: <<http://>

www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/monteiro3.exe>. Acesso em: 24 maio 2002.

MORETTO, C. F. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 9, maio 1997. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n09_1997_art4.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2004.

NARAYAN, D. Bonds and bridges: social capital and poverty. 1998. (Working Paper from Poverty Group of the World Bank). Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/docs/877.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2004.

PETROCCHI, P.R. A interação e a cooperação como fontes de competitividade e aprendizagem na pequena e média indústria. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte: UFMG, 2001. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/200104mg/art04Petrocchi.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2002.

PINTO JUNIOR, H. Q.; PIRES, M. C. P. **Assimetria de informações e problemas regulatórios**. Rio de Janeiro, 2001. (Regulação Séries ANP, n. 1).

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PUTNAM, R. D. The Prosperous community. **The American Prospect**, v. 4, n.13, March, 1993. Disponível em: <<http://www.prospect.org>>. Acesso em: 14 jul. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas, v. 29, Geografia e Política).

RUIZ, R. M. **A nova geografia econômica**: um barco com a lanterna na popa? Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (Texto para Discussão, n. 200).

SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

SCHULTZ, T.W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WOLFE, D. A. **Social capital and cluster development in learning regions**. Program on Globalization and Regional Innovation Systems, Centre for International Studies, University of Toronto, 2002. Disponível em: <http://www.utoronto.ca/progris/Wolfe_SocialCapital.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2004.

VALADARES, J. H. Redes: uma abordagem antropológica. **Revista Sebrae**, n. 7, p. 7-8, nov./dez. 2002.

WOOLCOOK, M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research, and policy. **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2, p. 225-249, Aug. 2000.

Recebido para publicação em 13.10.2006.